N.º: Gp610-IX
Proc.º: 30.06.01.11
35.02.28
35.02.29
Data: 2009.11.26

Assunto: Intervenção final sobre o Plano Anual e o Orçamento da Região para 2010

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores membros do Governo,

Estamos a terminar a discussão, na generalidade, de dois documentos que são fundamentais para a execução do Programa do Governo Regional, mas e acima de tudo, para o futuro das famílias e empresas Açorianas – o Plano Anual e o Orçamento da Região para 2010.

Todos tivemos oportunidade de, atempadamente, analisar as propostas em discussão. Todos tivemos oportunidade de chamar a atenção para o que julgamos estar menos bem, ou mal, da mesma forma que constatamos quais as grandes prioridades do executivo. Sim! Porque, com certeza, nem tudo o que neles está vertido é mau.

Não podemos ter a arrogância de tudo saber e a sobranceria de entender que só a oposição é que tem razão.

O Plano Anual e o Orçamento Regional são documentos que reflectem uma evolução na continuidade das políticas socialistas, com as devidas correcções introduzidas pelo autor, dadas as circunstâncias económicas que conferem à conjuntura actual um cenário de crise que afecta a vida dos Açorianos e o seu tecido económico.

Ouvimos os agricultores lamentarem-se, dia após dia, sobre a crise no sector, provocada pelo aumento dos factores de produção e pela diminuição das receitas do seu trabalho.

Importa delinear claramente as políticas a seguir nos próximos anos, dadas as consequências nefastas que podem surgir com o fim do regime de quotas leiteiras.

Todavia, regista-se com agrado que o Governo Regional reforça substancialmente as verbas previstas para investimento na Agricultura.

Os pescadores estão hoje a vender o produto do seu árduo trabalho a preços iguais aos do início do milénio, sendo a situação agravada pela quebra nas capturas.

Estamos atentos às queixas dos principais intervenientes dos sectores produtivos, quando vêem ficar retidos por alegada falta de capacidade de carga da transportadora aérea regional o produto do seu trabalho.

Por tudo isto voltamos a apresentar uma proposta no sentido de se estudar a viabilidade de aquisição de um avião cargueiro.

No entanto, consideramos como positivo o reforço nas verbas previstas para investimento nos Transportes Marítimos e Aéreos.

Registamos com preocupação as reduções na previsão de investimento para as áreas das pescas, habitação, competitividade da economia e ciência e tecnologia.

Também não nos deixa de preocupar o sufoco por que passam a esmagadora maioria das nossas pequenas e médias empresas e das empresas familiares, assim como o nosso comércio tradicional.

Não podemos ficar indiferentes ao facto de o turismo ter sofrido acentuada queda, relativamente a anos anteriores, com especial destaque para as unidades de turismo em espaço rural. E tal quebra fica a dever-se a dois factores: à crise que afecta grande parte dos nossos mercados emissores e ao elevado preço das passagens aéreas para as nossas ilhas.

De igual modo, não somos imunes às reclamações dos utentes do Serviço Regional de Saúde que não têm médico de família ou que esperam meses por uma consulta, por um exame complementar de diagnóstico e, especialmente, por uma cirurgia.

Também neste capítulo, aproveito para anunciar, o CDS-PP apresenta uma proposta para reforçar o combate às listas de espera cirúrgicas.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos em crise. Ora, para combater a crise é preciso estimular a economia; estimula-se a economia criando emprego e não cultivando a política da subsídio-dependência social.

É certo que temos hoje uma preocupação maior por parte das famílias para a poupança, mas também temos mais desemprego, provocando assim um aumento de casos de novos pobres e de novos beneficiários de prestações sociais.

Aqui uma chamada de atenção. Não nos opomos a que quem precise, momentaneamente de apoio social, dele usufrua, no entanto, não aceitaremos que estes novos beneficiários dele fiquem dependentes, por falta de políticas de verdadeira inserção e empregabilidade.

A somar a tudo isto há que salientar o facto de os trabalhadores açorianos serem os que mais baixos salários auferem à escala nacional, com as claras consequências económicas que daí advém: menos poder de compra, retracção do consumo, criação de menos riqueza, mais dificuldades das empresas e mais desemprego.

Por isso, responsavelmente, registamos o aumento de verbas, de 2009 para 2010, nos programas do Emprego, Qualificação e Formação Profissional.

Neste ponto, também, fazemos uma proposta para reforçar as competências dos nossos jovens.

Só quem tem emprego consegue fazer face, com mais ou menos dificuldade, à crise. Mas quem não tem emprego tem que ter ao seu dispor programas e respostas públicas que minimizem os impactos negativos deste infortúnio.

Por outro lado, continua premente a implementação e o reforço dos programas públicos de formação de activos.

Da mesma forma, o Governo Regional tem que aprofundar a fiscalização aos apoios concedidos, bem como proporcionar aos empresários que se candidatam aos sistemas de incentivo que a banca não lhes coloque entraves no acesso ao crédito protocolado com o Governo.

Exige-se também aos entes públicos que coloquem ao serviço das famílias os meios financeiros necessários para que a retracção no consumo não se agudize e apliquem políticas concretas que possibilitem a convergência do nível de rendimentos dos trabalhadores açorianos à média nacional.

Em síntese, por tudo isto, é fundamental reforçar as taxas de execução do Plano de Investimentos, visto que o sector secundário, relativo à indústria de construção civil, foi aquele onde mais se notaram os efeitos da crise.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo Regional foi sensato na apresentação das propostas, elencou as principais áreas de intervenção, abriu-se a analisar propostas de alteração oriundas de outros quadrantes políticos e reconheceu, de certa forma, se bem que timidamente, que afinal a crise também afecta os Açores.

Nos últimos anos, têm-se anunciado mais investimento público e maior rigor nas contas públicas. O investimento, bem ou menos bem, concluído antes do prazo previsto, ou com anos de atraso, tem-se executado.

Quanto ao rigor das contas públicas a discussão revela outras divergências.
Com o alargamento do Sector Público Empresarial Regional, tem-se desviado verba dos Orçamentos aqui analisados, que, por isso, acabam por passar ao lado da actividade fiscalizadora deste Parlamento.

Existem políticas definidas que nos merecem elogio. Mas também temos muitas reservas quanto ao endividamento, nomeadamente do Sector Público Empresarial Regional, e ao aumento da concessão de avales.

Todavia, em tempo de crise, não queremos dar uma única desculpa, um único motivo para que o Governo não combata a crise que se sente e afecta as famílias e empresas Açorianas.

Não partimos para este debate à procura de culpados, nem com dogmas que nos impeçam de ter uma postura crítica, por vezes dura, mas construtiva, séria e responsável. Porque somos a Favor dos Açorianos.

Queremos uma política com efeitos práticos para as pessoas, pelo que exercemos aqui um grande poder: o poder da oposição; o poder de influência; o poder de alterar e melhorar as propostas do Governo.

É saudável a existência de uma colaboração institucional entre os dois principais órgãos de governo próprio desta Região. É profícuo; é o exercício democrático entre o poder executivo e o poder legislativo.

Não procuramos mediatismo, nem adoptamos posturas bélicas de bota-abaixo. Move-nos a humildade democrática, não a arrogância de tudo saber.

Do mesmo modo, devem a maioria e o Governo ter a humildade democrática de avaliar as boas propostas da oposição e de as aprovar, como já aconteceu no passado.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Este debate trouxe-nos, porém, uma grande novidade. O ainda maior partido da oposição e o mais numeroso, auto proclamou-se "diferente".

E a diferença do PSD é uma lisonja para o segundo maior partido da oposição.

O PSD está agora, curiosamente, "a favor dos Açorianos";

O PSD não quer, nos Açores, gente a viver uma vida inteira dependente do Orçamento Regional, dando razão ao CDS-PP, mas indo contra a Dr.ª Ferreira Leite;

O PSD quer implementar na Região um apoio alargado na aquisição de medicamentos, esquecendo-se, porém, que o COMPAMID é algo já existente, por proposta do CDS-PP, há dois anos;

O PSD quer apoio domiciliário eficaz e uma efectiva política de saúde de proximidade, mas era contra o Enfermeiro de Família, aqui discutido há apenas três semanas;

O PSD quer reduzir as listas de espera cirúrgicas, mas esquece-se que aprovou aqui, há precisamente três semanas, o Vale Saúde proposto pelo CDS-PP.

Se, por um lado, é lisonjeiro ver o nosso trabalho fazer escola, por outro, é demasiado preocupante que um partido com potencial eleitoral superior tenha a necessidade de se inspirar na nossa orientação política.

Ficamos com a certeza de que estamos no bom caminho e com a impressão de que por este andar estamos fadados a liderar a oposição nos Açores. Porque há cada vez mais pessoas a pensar como nós!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O CDS-PP preconiza uma visão de conjunto do arquipélago. Consideramos que o progresso dos Açores só se alcança através da soma dos progressos de cada município, em particular, e de cada ilha, em geral.

Também não podemos continuar a pensar os Açores como apenas uma região de Portugal. Pertencemos à Europa das Regiões e é nesse contexto que o nosso desenvolvimento tem que ser equacionado.

No diálogo com os nossos parceiros europeus temos que nos apresentar como uma região forte e coesa, apesar das fragilidades induzidas pela dispersão territorial e pela localização geográfica.

Se, por um lado, essa localização é periférica aos centros decisórios europeus, por outro, é a centralidade atlântica que nos confere importância geoestratégica.

O desenvolvimento dos Açores não pode ser visto ou efectivado à custa de apenas uma das suas ilhas.

Defendemos uma Região multipolar onde as potencialidades, de cada uma das nove ilhas, bem exploradas contribuam para o progresso e bem-estar dos seus habitantes.

Por isso, muito nos orgulha, analisar tão importantes documentos, sabendo que neles vamos encontrar verbas de 1,5 milhões de euros para a execução do COMPAMID – importante medida de apoio social aos idosos para a compra dos seus medicamentos.

Para aumentar as diárias dos doentes deslocados, outra iniciativa aprovada por proposta do CDS-PP, estão inscritas verbas no valor de 2,4 milhões de euros.

Igualmente, encontram-se inscritas verbas para a aplicação do Vale Saúde – necessária iniciativa para combater as listas de espera cirúrgicas do Serviço Regional de Saúde.

É para nós também motivo de satisfação acrescida saber que hoje os Açorianos têm ao seu dispor tarifas aéreas promocionais para as ligações inter-ilhas – que configuram descontos de 30%, entre Setembro e Maio de cada ano.

Hoje, temos um Plano de Investimentos que reserva mais de 600 mil euros para ajudar as famílias açorianas a combater a infestação pela praga das térmitas nas suas propriedades.

A história honra-nos, pois no passado, promovemos iniciativas que conduziram ao aumento do Complemento Regional de Pensão, às obras de ampliação e beneficiação do Centro de Oncologia dos Açores e ao abaixamento da carga fiscal, IRS e IRC, de que ainda hoje beneficiam as nossas famílias e empresas.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Propusemos no passado e inovamos no presente, com visão de futuro.

Assim, com o objectivo de melhorar, do nosso ponto de vista, estes documentos de programação financeira da Região para o ano de 2010, o CDS-PP apresenta, para a especialidade, várias propostas de alteração.

Desde logo recuperamos a proposta do avião cargueiro que foi rejeitada no ano passado.

Consideramos que o tempo nos deu razão e que os aviões DASH Q200 – o argumento usado para justificar a rejeição da proposta – não conseguiram dar conta do recado, continuando a haver queixas, nomeadamente dos pescadores que vêem o seu pescado perder valor comercial. Por isso, insistimos na proposta de elaborar um estudo para aferir a viabilidade da iniciativa.

Outra proposta, de grande impacto no orçamento das famílias, é a instituição de tarifas aéreas promocionais para estudantes, nas ligações entre a Região e o Continente e entre os Açores e a Madeira.

Se para muitas famílias portuguesas os encargos financeiros com filhos a estudar no ensino superior oneram o orçamento familiar, para as famílias açorianas esses encargos são agravados pelos custos com as deslocações aéreas.

Em tempo de dificuldades económicas que afectam transversalmente toda a sociedade, o CDS-PP entende que qualquer apoio, mesmo que modesto, tem um impacto muito positivo nos orçamentos familiares.

Por outro lado, porque o desenvolvimento e o progresso de uma sociedade conquistam-se com esforço, é importante combater a exclusão e conferir competências aos cidadãos para que participem no desiderato colectivo do progresso.

Por isso, é nossa pretensão melhorar a aplicação do Programa Reactivar incluindo no universo de beneficiários os jovens a partir do 16 anos.

No campo das artes e da cultura, propomos o reforço da verba, no montante de 200 mil euros, para assegurar o estabelecimento de uma parceria com o Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, tendo em vista a promoção das suas actividades culturais. Queremos criar sinergias culturais nos Açores!

Por fim, mas não por último, propomos um reforço de 150 mil euros da verba relativa à aplicação do Vale Saúde, para que mais Açorianos consigam realizar as cirurgias que há muito esperam.

Ser oposição é saber exercer o poder minoritário que os Açorianos nos conferiram.

Ser oposição é saber usar o poder que nos foi atribuído para influenciar as decisões da maioria a favor dos Açorianos, e sempre a favor deles!

Queremos continuar a dizer “conseguimos”, mas que conseguimos para os Açorianos, para as suas famílias e para os nossos sectores de produção.

Queremos ser parte activa no desenvolvimento dos Açores, porque queremos continuar ouvir os Açorianos dizer: Precisamos de ter uma oposição assim!

O Deputado Regional

Artur Lima